

Pessoas em situação de rua usuárias de psicoativos em Volta Redonda/RJ: o início de uma pesquisa¹

Lucas Senna de Brito Pires²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma proposta de análise das políticas públicas e do consumo de substâncias psicoativas por pessoas que estão em situação de rua em Volta Redonda/RJ. Essas pessoas são o tema central desse trabalho, e proponho compreender tanto as práticas de quem elabora e implementa essas políticas públicas, quanto a de quem as usa, assim como o papel das instituições e a influência de suas normatividades no cotidiano destes atores. A intenção desta pesquisa, ainda em estágio inicial, é contribuir para a formulação de políticas públicas que levem em consideração as experiências e o contexto social vivido por pessoas em situação de rua que fazem uso de psicoativos. A produção do artigo se deu a partir do emprego da metodologia antropológica, em especial da etnografia, no qual o trabalho de campo é o principal recurso para construção dos dados aqui apresentados.

PALAVRAS CHAVE: Vulnerabilidade; Drogas; Controle Social.

Abstract

The main objective of this article is to present a proposal for the analysis of public policies and the consumption of psychoactive substances by people who are homeless in Volta Redonda/RJ. These people are the central theme of this article, and I propose to understand both the practices of those who prepare and implement these public policies, as well as those who use them, as well as the role of institutions and the influence of their regulations in the daily lives of these actors. The intention of this research, still in its initial stage, is to contribute to the formulation of public policies that take into account the experiences and the social context lived by homeless people who use psychoactive drugs. The production of the article was based on the use of anthropological methodology, especially ethnography, in which fieldwork is the main resource for building the data presented here.

Key-words: Vulnerability; Drugs; Social Control.

Introdução

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa. Mestrando em Segurança Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador vinculado ao PsicoCult (Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura), subprojeto do InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos).

No município de Volta Redonda localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, o poder público municipal, em conjunto com diversas instituições, como Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e da União, vem empreendendo diversas ações no campo da segurança pública, da assistência social e da saúde pública. Essas ações visam a implementação de políticas para pessoas em situação de rua³ e, por vezes, o seu controle e repressão. Algumas vezes se dão de forma conjunta, em operações envolvendo órgãos das três áreas mencionadas.

No ano de 2019, uma operação realizada através de uma ‘Força Tarefa’, integrada pelas policiais Militar e Civil, Guarda Municipal e Secretaria Extraordinária de Segurança Pública (Sesp) chamou a atenção, pela participação de um cachorro correndo atrás de uma viatura da Guarda Municipal enquanto seu dono, que estava em situação de rua, era conduzido. O cão acompanhou o veículo por mais de um quilometro, enquanto era filmado por um policial militar. Na mesma operação um homem foi preso com 7 pinos de cocaína.

O município conta ainda com o Comitê Intersetorial Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ, atualmente um órgão municipal, formado por representantes de movimentos da sociedade civil, representantes das Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, chamados pela legislação municipal de “Órgãos de Defesa de Direitos Humanos”. Participam também representantes de diversos órgãos do poder executivo municipal. Além de convidados representando outras instituições, como a Guarda Municipal.

O Comitê Intersetorial Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ segue a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009), e inicialmente, foi instituído pelo Decreto Municipal nº 13.937 de 26 de agosto de 2016 que também definiu sua composição e suas atribuições. Atualmente é regulamentado pela Lei Municipal nº 5764/2020. Esta Lei Municipal, que também instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua no município definiu em seu artigo 2º que:

“o comitê tem por objetivo assegurar os direitos sociais da população em situação de rua, criando condições para promover a garantia dos seus direitos fundamentais, da sua autonomia, integração e

³ Uso o termo utilizado recorrentemente na legislação que institui políticas públicas para essas pessoas, porém lembro que se trata de uma categoria nativa do campo do direito e das políticas públicas, assim como termo “População em Situação de Rua”.

participação efetiva na sociedade, em consonância com a política nacional (VOLTA REDONDA, 2020).”

Ao mesmo tempo, o município conta com grupos voluntários de entregas de alimentos e roupas para pessoas em situação de rua, em dias específicos da semana, muitas vezes coordenados por entidades religiosas. São formados, em sua maioria, por pessoas da classe média da cidade, que as fazem por diversas razões. Suas atividades consistem em entregar alimentos, cafés, roupas, e por vezes conversar, ouvir as histórias e os desabafos. Esses grupos muitas vezes lidam com as questões pessoais dessas pessoas, envolvendo brigas familiares e o uso abusivo de substâncias. Alguns de seus representantes também compõem o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ.

O objetivo deste artigo é apresentar como foi formada uma proposta de pesquisa etnográfica a partir de um esboço desse cenário. Em um primeiro momento, procuro descrever minha inserção neste campo, com as motivações que me levaram a propor a pesquisar essa temática. Em um segundo momento, trago notícias locais sobre pessoas em situação de rua que retratam como são abordadas no município pelo poder público municipal. Em um terceiro momento, apresento o Comitê, e meu contato direto com pessoas em situação de rua, a partir das minhas idas em grupos de entrega. Em um quarto momento, trago dados do cenário que pretendo pesquisar em diálogo com a obra de outros autores, a fim de apresentar a fundamentação teórica da proposta, além de delinear a metodologia e os objetivos que foram possíveis estabelecer para dar continuidade na pesquisa durante meu curso de mestrado.

Os dados trazidos nesse artigo foram obtidos através da interlocução com profissionais que se relacionam com pessoas em situação de rua em diversos campos, como o do direito, da saúde, da assistência social e da religião. Participei de entregas de alimentos realizadas por voluntários de diversos grupos, o que me possibilitou também a observação direta das práticas dessas pessoas, bem como a interlocução com pessoas em situação de rua. Além disso, me inseri no Comitê Intersetorial de Política Municipal para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ, onde atualmente ocupo a vaga de suplente de representante de movimentos da sociedade civil. Além disso, pesquisei documentos legais e reportagens locais a partir de um levantamento e análise documental.

Atualmente, a pesquisa se encontra em fase inicial, e venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense, na linha de Políticas de Segurança Pública e Administração Institucional de Conflitos. Neste artigo, apresento para o leitor a minha proposta de pesquisa, e como esta se relaciona com a minha trajetória profissional e acadêmica. Espero que a leitura seja útil tanto para quem deseja se inserir no âmbito da pesquisa empírica acadêmica na área de segurança pública, quanto para quem deseja conhecer mais sobre o problema social das pessoas em situação de rua que fazem uso de psicoativos em Volta Redonda/RJ, e como são tratadas pelos órgãos públicos da cidade.

Aproximação da academia, o interesse em propor uma pesquisa sobre Pessoas em Situação de Rua e a inserção no campo

Sou bacharel em direito, morador de Volta Redonda/RJ⁴, graduado desde 2015, pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM). Entre 2018 e 2022 fui membro da Comissão OAB vai à Escola, onde participei da organização de eventos com e para profissionais da segurança pública que atuavam diretamente nas escolas do município, além de professores e diretores de escolas. Nessa época, me interessei em trabalhar diretamente com a área da educação.

Portanto, em 2019 iniciei um curso de história, no Centro Universitário Internacional (UNINTER) e no trabalho final do curso, realizei uma pesquisa sobre o interesse público a descriminalização da cannabis no Brasil. Em abril de 2021, já em época de Pandemia, passei também a colaborar em uma Organização da Sociedade Civil que promove acesso de pacientes à cannabis medicinal na cidade de Volta Redonda/RJ, prestando assessoria jurídica para pessoas que querem ter acesso à cannabis como ferramenta terapêutica. Além disso, continuei a leitura de trabalhos acadêmicos sobre essa temática.

Essas atividades me levaram ao interesse em dar continuidade em pesquisas envolvendo drogas, saúde e segurança pública, mas desta vez, saindo do plano normativo e do dever ser, para mergulhar na prática dos interlocutores e construir uma pesquisa empírica (KANT E BAPTISTA, 2014), e por meio da metodologia antropológica, observar as práticas de controle social (KANT DE LIMA et al, 2021).

⁴ O município de Volta Redonda fica localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, e conta com uma população estimada de 274.925, segundo estimativa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Durante essa jornada, tive contato com o trabalho do Professor Doutor Frederico Policarpo de Mendonça Filho, com quem fiz contato em meados de 2021, manifestando meu interesse em acompanhar o seu trabalho como aluno ouvinte. A partir desse contato, passei a acompanhar as reuniões do grupo PsicoCult/UFF (Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura), coordenado por Policarpo.

Além disso, assisti a disciplina intitulada Drogas, Cultura e Segurança, ministrado pelo Professor Frederico Policarpo na graduação em Segurança Pública da UFF. Além de ter frequentado disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF como aluno ouvinte, o que me colocou em contato com as produções do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados e Administração de Conflitos (INCT-InEAC).

Passei a fazer contato com diferentes profissionais da rede pública responsáveis pela “gestão” de usuários de drogas em Volta Redonda/RJ. Através da interlocução com essas pessoas, ficou claro que meu interesse maior seria pesquisar o uso abusivo de substâncias por pessoas em situação de vulnerabilidade, até pelas questões de segurança pública que tangenciam o cotidiano dessas pessoas. Dessa forma, passei a frequentar as reuniões do Comitê Intersetorial Acompanhamento e Monitoramento de Política Municipal para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ desde outubro de 2021, como forma de me inserir no campo que pretendo pesquisar, e tornar possível a realização da pesquisa com essa temática no município.

Além disso, realizei entregas de alimentos e roupas por meio de grupos voluntários, alguns de caráter religioso, e tive contato direto com as pessoas em situação de rua no município desde novembro de 2021. Em dezembro do mesmo ano, fui convidado para ocupar uma das vagas de suplente de representante de movimentos da sociedade civil no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Política Municipal para População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ. Em 2022, passei a ser membro do Comitê.

“Chei di Pulga”, tráfico de drogas e pessoas em situação de rua na imprensa local (o problema de pesquisa)

Durante meu contato com profissionais da área de saúde do município, em agosto de 2021, conversamos sobre o cotidiano de trabalho. Por meio deles soube que

em 2019, uma operação conjunta entre profissionais da segurança pública ganhou repercussão nacional. Embora tratasse de uma operação que buscava regularizar a documentação das pessoas em situação de rua, coibir o tráfico de drogas e outros crimes, quem protagonizou a notícia foi um cachorro:

“Uma cena chamou atenção de quem passou pelas ruas de Volta Redonda na manhã desta quinta-feira (24). Um cachorro foi filmado por um policial militar perseguindo uma viatura da Guarda Municipal de Volta Redonda, por mais de um quilômetro, após o dono dele, um morador de rua, de 28 anos, (...), ter sido encaminhado, junto a outras 22 pessoas, que também vivem na rua, para a 93ª DP, após serem abordados pelos agentes de segurança do município, para serem identificadas e terem seus documentos cadastrados na unidade. O animal, que se chama ‘Chei Di Pulga’, seguiu o veículo desde a passagem superior da CSN, onde o dono foi abordado pelos agentes, até a biblioteca da cidade, na Vila Santa Cecília.

(...)

Segundo os agentes da Sesp, a Polícia Civil ficou responsável pela pesquisa dos dados pessoais dos moradores, além de possíveis mandados em aberto; os que estavam sem documentos, foram encaminhados para um setor que recebe serviços através da assistência social do município, para que a emissão dos documentos seja emitida. Durante a operação, um homem foi preso em flagrante por estar carregando consigo, sete pinos de cocaína. Ele também foi encaminhado para a 93ª DP (CACHORRO, 2019).”

O vídeo ganhou repercussão nacional⁵, sendo encontrado em portais de notícias do Brasil inteiro. Na postagem feita pelo Diário do Vale no Facebook⁶, em consulta realizada no ano de 2021, foram observadas diversas reações: 1,400 “curti”, 55 “uau”, 48 “riram” e 2 com “ódio”. Entre os 429 comentários a maior parte das mensagens parabenizam a atitude da Guarda Municipal, que no vídeo acaba colocando o cachorro na viatura junto com seu dono.

Alguns comentadores aproveitaram para falar de políticos: “se fosse o Roberto Jefferson, o cachorro tava nem aí, mas parabéns aos Gcms, que fizeram para que tudo terminasse bem”. Outros preferiram destacar a fidelidade canina: “Parabéns!!! Que atitude linda. O animal é fiel ao seu dono!! Tadinho ele ia ficar sozinho ainda bem que

⁵ O vídeo pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://globoplay.globo.com/v/8031324/>. Foram divulgadas notícias em diversos portais pelo Brasil, porém, a notícia que se deu pela imprensa local, pode ser conferida nesse endereço: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/cachorro-persegue-viatura-da-gm-apos-dono-dele-ser-detido/>

⁶ O link da pesquisa pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/search/top/?q=cachorro%20persegue%20viatura%20da%20guarda%20municipal%20em%20volta%20redonda>

vocês tiveram a sensibilidade deixar ele ir junto!!”; “Como pode alguém abandonar um ser desse?”; “Eu vi de manhã na Record, até aplaudir, lindo, que cachorrinho amado...”.

Embora na maioria dos comentários os leitores vissem de modo positivo a ação dos profissionais da segurança pública, alguns questionavam a forma como foi feita a abordagem:

“Achei a atitude de acolher o cão digna de aplausos. Não critico essa ação de maneira alguma, só acho que deveria existir uma equipe multidisciplinar para essa abordagem, melhoraria o trabalho e facilitaria tbm. O modo como são conduzidas essas pessoas dentro de uma viatura policial não sei se é adequado a tds.”

Outro leitor questionou da seguinte forma:

“O morador de rua foi conduzido para cadastramento dentro de um camburão da guarda? Igual um criminoso? Acho que se está fazendo um trabalho de acolhimento, documentação e possíveis encaminhamentos das pessoas em situação de rua, se não tiverem cometido nenhum crime, deveriam ser feitos em carro apropriado, talvez com uma equipe com assistentes sociais, psicólogos. A reportagem não diz o porque dele estar lá trás talvez seja pelo carro estar cheio.”

Na minha primeira participação nas reuniões do Comitê comentei sobre esse caso, e o representante da Defensoria Pública me explicou que “aquilo não acontece mais”, pois logo após aquele caso, foi aprovada uma legislação estabelecendo políticas públicas para pessoas em situação de rua no município. Segundo ele, tratava-se de uma das leis mais avançadas do país sobre aquela matéria.

As notícias locais confirmam a sua fala, já que uma semana após a operação, representantes da Defensoria Pública Estadual e da União, junto com o Comitê Intersetorial de Políticas para a População em Situação de Rua se reuniram com o Poder Executivo, e discutiram políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua. Este movimento, então, iniciou um diálogo com o poder legislativo local, para fixar políticas públicas para pessoas em situação de rua (POLÍTICAS, 2019). A mobilização acabou resultando na Lei Municipal 5764/2020, que institui a política pública municipal para essas pessoas, e consolidou legalmente o Comitê como um órgão municipal (VOLTA REDONDA, 2020).

Dessa forma, o Comitê Intersetorial de Política Municipal para a População em Situação de Rua, é um agente oficialmente reconhecido como competente para

examinar a natureza do problema social da população em situação de rua, no cenário de debates públicos municipais e propor uma solução para resolver o mesmo (LENOIR, 1998). Além disso, o reconhecimento da sua existência como órgão instaurado por lei, e a instituição de uma política pública municipal para a população em situação de rua, apresenta a gestão desta população como um problema social enfrentado pelo Município de Volta Redonda/RJ (LENOIR, 1998).

A composição do Comitê e as ações de grupos voluntários de ajuda a pessoas em situação de rua no município de Volta Redonda/RJ

Continuei frequentando as reuniões do Comitê Intersetorial de Política Municipal para a População em Situação de Rua de Volta Redonda/RJ, que em sua reunião inaugural do ano de 2022, foi apresentado em termos legais. A sua criação se deu pelo Decreto Municipal nº 13.937 de 26 de agosto de 2016 que também define sua composição e suas atribuições. Além disso, seu nascimento foi considerado um passo importante para legitimar e aderir à Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009), tendo como principal objetivo o acompanhamento e monitoramento dos serviços, programas e projetos municipais voltados para a População em Situação de Rua.

Atualmente, a Lei 5764/2020 estrutura o funcionamento do Comitê e o consolida legalmente como órgão municipal. Participam dele os titulares e suplentes dos órgãos intitulados como “Representantes dos Órgãos de Defesa dos Direitos Humanos”, que são Defensoria Pública Estadual, Defensoria Pública da União e Ministério Público Estadual; do Poder Executivo Municipal, que são Secretaria Municipal de Ação Comunitária, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Gabinete de Estratégia Governamental e Fundo Comunitário de Volta Redonda.

Também compõem o Comitê, os chamados “Representantes da Sociedade Civil Organizada”. Nesse segmento participam duas pessoas em situação de rua, como “Representantes do Movimento da População em Situação de Rua”, além de entidades religiosas dos segmentos espírita, católico e evangélico, entidades de assistência social e de uma instituição universitária da região. Atualmente, também participa das reuniões um representante da Guarda Municipal de Volta Redonda.

Via de regra, os grupos religiosos que participam do Comitê, uma vez por semana, entregam alimentos e roupas para pessoas em situação de rua na parte da noite. Além deles, existe na cidade um grupo composto por 110 (cento e dez) pessoas, que também faz ajuda voluntária. Neste grupo, participam pessoas de todas as crenças. Na primeira entrega que participei junto ao grupo no início de novembro de 2021, percebi uma rotatividade maior nas ações deste grupo. Alguns membros são mais atuantes, mas há um revezamento da sua presença nas entregas, com a maioria dos membros que tive contato participado pontualmente. Nos grupos religiosos a rotatividade é menor, e encontrei membros assíduos, que vão todos os dias nas entregas há mais tempo.

Como na minha pesquisa é necessário observar diretamente a percepção das pessoas em situação de rua sobre a forma como as instituições municipais lidam com o problema social do qual fazem parte, comecei a participar de diversos grupos e ir em diversas entregas como uma forma de mapear o meu possível campo de pesquisa. Até por serem grupos muitas vezes vinculados a entidades com representação no Comitê.

Em uma das instituições religiosas que fui, uma pessoa que participou uma vez da entrega no inverno de 2021 me relatou sobre uma vez que participou da atividade chamada por eles de “caravana”: “Era uma época de muito frio, e por conta disso, a prefeitura estava recolhendo essas pessoas, então tive contato com poucos. Dá pra aprender muito com eles, mas é uma energia diferente”. Outra pessoa com maior frequência nas entregas afirmou que não seria tão fácil assim conversar com a população em situação de rua, por alguns serem fechados e não falarem muito.

Em outra instituição que fiz o pedido, expliquei minha motivação para participar das atividades. Um dos líderes da entrega de uma das instituições autorizou minha presença, mas no início expôs sua preocupação de que elas não fossem tratadas como “ratos de laboratório”. Expliquei um pouco melhor que minha intenção inicial seria saber como as instituições municipais lidam com essas pessoas, principalmente com as usuárias de psicoativos, dizendo que a pesquisa futuramente poderia auxiliar na elaboração de políticas públicas para o município.

Mantive contato, e antes da entrega, ele me afirmou por telefone:

“Acredito que soluções para esse problema, para mim, devem passar por uma mudança que deve ser de comportamento, mas pesquisas como essa são importantes sim, para apontar soluções a longo prazo (Caderno de Campo)”.

Ele me relatou que desde quando começou a realizar entregas, casos de violência entre pessoas em situação de rua eram frequentes, e que em algumas fases a entrega teve que ser suspensa por conta disso. Disse que há um movimento migratório entre cidades realizadas por essas pessoas, e que entre elas há “fugitivos da lei infiltrados”. Sobre o contato com eles ele afirmou “que levaria tempo mesmo até ganhar confiança e criar vínculo. Mas com o tempo, com paciência, com adaptabilidade, e com sensibilidade, pegaria (Caderno de Campo)”.

Durante as entregas realizadas nestes quatro meses, em diferentes grupos, percebi que o álcool era a substância que eles mais faziam uso de forma explícita. Alguns eram viciados em medicamentos fornecidos pelo município, ou faziam uso das duas substâncias. Trago um trecho do meu caderno de campo para exemplificar:

“(...) Disse que estava em Volta Redonda havia 5 anos, mas era de Realengo. Tinha trabalhado como motorista, e era parente de um policial militar. Estava muito sedado, como disse, e isso era visível. Disse que tinha acabado de tomar diazepam, e vinha sendo atendido pelo Consultório na Rua⁷, mas iam pouco lá. (...) Disse que nunca usou drogas, mas tomava muita cachaça, pois como se dorme morando na rua? Tive que me despedir, ele pediu um casaco, mas tinham acabado as roupas (Caderno de Campo)”.

Observei que as pessoas em situação de rua muitas vezes ficam fixadas por algum período de tempo em determinados locais, como praças ou órgãos públicos. Em um desses locais, uma dessas pessoas me afirmou:

“É, a Guarda tá vindo sempre aqui, hoje chegaram porque ontem mataram uma menina aí na rua, deram uma facada nela, já na entrada de um lugar afastado aí, entrada de boca... Ela não ficava aqui com a gente não... Mas nós tá tudo doidão, de cachaça, de droga... Nós toca música aqui... Gosto muito de Cazusa, Legião Urbana...”. Depois disso, falou aos risos sobre o uso de drogas: “Ah, nós aqui é total flex, nós é tudo total flex..!!”.

As questões familiares, entretanto, seriam um dos maiores motivos para que essas pessoas tivessem a rua como morada, até conforme apontado em reuniões do

⁷ O Consultório na Rua é uma estratégia instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, que visa ampliar o acesso de pessoas em situação de rua aos serviços de saúde. O serviço conta com equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Comitê por pessoas que trabalham há muito anos com esse problema social. Em interlocução com uma pessoa que estava em situação de rua, me foi relatado que:

“Cara, minha mãe me falava, ‘você não precisa beber, porque tu já nasceu zica, tu já é foda’... Mas minha mãe morreu, eu comecei a beber, e tô na rua aí, e se eu parar de beber um dia, eu fico triste demais, eu me mato... Esses dias eu tentei”. Ele levantou a camisa mostrando uma marca de faca (Caderno de Campo).

Assim, aponto para uma parte do contexto relacional que atravessa o consumo da substância pelos que fazem uso dela dormindo nas ruas de Volta Redonda que só é acessível pela experiência, não só de consumo, mas também do que se faz para obtê-la, ou seja, através do mercado de drogas (ZINGBERG, 1984).

Os discursos baseados em relatos sobre a experiência de consumidores não requerem o mesmo tipo de conhecimento, mas sim informações sistematizadas e organizadas por critérios que não são, necessariamente, os mesmos dos consumidores, dessa forma, a experiência do consumo não precisa ser vivenciada (POLICARPO, 2016). Porém, há um outro tipo de conhecimento que se atualiza através do consumo de drogas (POLICARPO, 2016), uma categoria que se refere a um conjunto particular de substâncias, as psicoativas, que além de recente, é contemporânea da partilha moral entre drogas de uso ilícito e drogas de uso livre, tolerado ou controlado. Sobre as políticas de repressão tornadas hegemônicas em torno das drogas consideradas ilícitas, estas tiveram, nominalmente, um duplo fundamento: médico e jurídico (VARGAS, 2008).

Portanto, através das entregas, considero também o ponto de vista das pessoas em situação de rua usuárias de psicoativos, marginalizadas pelos discursos e práticas do conhecimento médico-jurídico, e que informam sistemas normativos de controle sobre as drogas nas sociedades contemporâneas, onde grande parte de seus discursos são atualizados pelo aparato estatal (POLICARPO, 2016). Sendo que, ao longo do século XX na grande maioria dos casos, esse conhecimento foi nominalmente acionado, para fundamentar cientificamente as políticas de repressão (VARGAS, 2008). Ao mesmo tempo, um órgão municipal elabora estratégias e políticas de assistência social para lidar com o problema da população em situação de rua. Assim, torna-se necessário compreender como o plano normativo e do dever ser, se atualiza na prática (KANT DE LIMA E BAPTISTA, 2014).

Marginalização, estigmatização, instituições públicas e o início de uma pesquisa

Em 2021, a Secretaria Municipal de Ação Comunitária (Smac) apresentou estratégias para ampliar a assistência à população de rua. A apresentação se deu em uma reunião que contou com representantes de secretarias municipais, de órgãos da segurança pública e instituições judiciárias. O planejamento das estratégias passou pela parceria entre a Smac, o setor de Saúde Mental e a Atenção Básica, por meio do Consultório na Rua, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) (VOLTA REDONDA, 2021).

Segundo a matéria jornalística que apresentou a reunião, estudos apontam que mais de 80% das pessoas em situação de rua são usuárias de álcool e substâncias psicoativas, além de apresentarem “transtornos” (VOLTA REDONDA, 2021). Dessa forma, percebi que o Consultório na Rua, é considerado um órgão chave na proposição de soluções para o problema social da População em Situação de Rua. Segundo a legislação municipal vigente, o órgão tem dentre suas atividades a busca ativa⁸ e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas (VOLTA REDONDA, 2015).

Porém, para que um “problema” tome a forma de um problema social, não basta que encontre agentes socialmente reconhecidos como competentes para examinar sua natureza e propor soluções aceitáveis, como se visualiza no caso apresentado. Mais do que isso, ainda é preciso de alguma forma impô-lo no cenário de debates públicos. Sendo que, como será trabalhado adiante, não irei propor soluções para este problema, e sim buscarei compreendê-lo sociologicamente (LENOIR, 1998).

Os debates públicos sobre a questão das pessoas usuárias de psicoativos em situação de rua envolvem questões de saúde pública e de segurança pública, e profissionais de ambos os campos participam dos debates sobre políticas públicas para a população em situação de rua. Além do que, são os principais responsáveis pela vigilância do espaço público em que está inserida a população em situação de rua, que em sua maioria, é usuária de drogas, possuindo o tipo de conhecimento necessário para a participação no mercado de drogas naquele espaço, que não está escrito em lugar

⁸ Realizar busca ativa significa levar o Estado ao indivíduo que não usufrui de determinados serviços públicos e/ou vive fora de qualquer rede de proteção e promoção social. Dessa forma, superando a atuação pautada exclusivamente na demanda espontânea.

nenhum, podendo ser adquirido somente através da experiência no próprio mercado (POLICARPO, 2016).

Portanto, em muito dos casos são indivíduos já identificados na malha policial ou se enquadram nos tipos sociais potencialmente criminosos. Até pelo o que se percebe do caso descrito no início do artigo, em que as reações nos comentários deram mais atenção ao cachorro do que ao homem conduzido, são pessoas marginalizadas e excluídas pela sociedade. Sobre eles, procedimentos de vigilância e incriminação de suspeitos, já os criminalizam preventivamente, em um processo social denominado por Misse de sujeição criminal, “que incide sobre a identidade pública e muitas vezes íntima, dos indivíduos” (MISSE, 1999, p. 210), que subjetivam os rótulos a eles atribuídos (GRILLO, POLICARPO, VERÍSSIMO, 2011).

Além de sofrerem um processo de estigmatização (BECKER, 2008), as pessoas em situação de rua estão constantemente sujeitas a procedimentos ilegais, “associados ao que Kant de Lima (1995) denominou por arbitragem policial, marcada pelo exercício de práticas judiciárias não oficiais”, que é o julgamento momentâneo feito pelo policial na hora da abordagem física. Nesses casos, o próprio policial pune o infrator e lhe aplica a pena que julga mais adequada, que pode ser uma humilhação ou uma agressão física, por exemplo, considerando dentre outros fatores, a posição social do infrator (GRILLO, POLICARPO, VERÍSSIMO, 2011). Isso decorre, também, da naturalização da segmentação da sociedade brasileira em partes desiguais pelo sistema jurídico, devido ao não reconhecimento de direitos a diversos grupos sociais (KANT DE LIMA, 2021).

Além disso, essas pessoas muitas vezes se inserem em mercados informais, não regulados oficialmente pelo Estado, ocupando principalmente a posição de consumidores, e mesmo nesses mercados, via de regra, se encontram a margem. Neles, a violência, além de um produto (MISSE, 2006), é a sua principal agência reguladora, e também a linguagem. Portanto, encontramos nesses mercados o que Machado da Silva designou como “sociabilidade violenta” (PIRES, HIRATA E ARANDA, 2020).

Considerações finais

No município de Volta Redonda/RJ, as pessoas em situação de rua constituem um problema social (LENOIR, 1996), e uma grande parcela deles é usuárias de drogas. São marginalizadas e invisíveis para diversos setores da sociedade, embora encontrem a

atenção de pessoas dispostas a ajudar com alimentos e roupas. Além disso, diferentes instituições públicas assistenciais e de saúde lhe fornecem auxílios. Os representantes dessas instituições se encontram em um órgão da prefeitura nomeado legalmente como Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Política Municipal para a População em Situação de Rua em Volta Redonda.

A questão inicial que guia a minha proposta é: como as instituições municipais lidam com o uso de substâncias psicoativas por pessoas em situação de rua no município de Volta Redonda/RJ? Porém, ao mergulhar no trabalho de campo situações e indagações surgem a todo momento, sendo possível que a pesquisa tome outros contornos (MOTTA, 2019).

Para realizar a dissertação durante o curso de mestrado recorrerei a um conjunto de métodos e técnicas próprias das ciências sociais, envolvendo observação direta, entrevistas, análise de documentos, pesquisa em material de vídeo, levantamento bibliográfico, entre outros. A metodologia buscará compor os dados na forma de uma etnografia, que consiste em descrever com densidade o ponto de vista dos atores com os quais eu pretendo desenvolver meu trabalho de campo (GEERTZ, 1989).

Isso significará dar continuidade ao trabalho que venho realizando no acompanhamento de reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua em Volta Redonda, em interlocução com representantes de diversas instituições, bem como a realização de entregas, em contato direto com as pessoas em situação de rua.

Portanto, o foco da pesquisa se dará nas instituições responsáveis pela gestão de setores como a saúde e a segurança pública, e nos espaços onde vivem as pessoas em situação de rua, sem desconsiderar a possibilidade de surgimento novas opções ao longo da pesquisa, já que precisamos perceber o quanto é útil ou crucial em termos do problema, ampliar o domínio do estudo para cima, para baixo e para os lados (NADER, 2020).

Dessa forma, proponho deslocar o olhar desses sistemas normativos para a experiência que cerca o consumo e a obtenção de drogas por esta população em situação de rua (POLICARPO, 2013), através não só da participação em instituições públicas, mas também por meio do contato direto com as pessoas em situação de rua, que será possível a partir das entregas voluntárias. Pretendo, através do método etnográfico e da pesquisa empírica contribuir para a mudança e para provocar o direito a sair da anestesia dogmática a qual se submete secularmente (KANT DE LIMA et al, 2021).

Além dos problemas familiares e da violência, o uso problemático de substâncias faz parte do cotidiano dessas pessoas. O meu intuito é compreender as formas de tratamento para essas questões no município de Volta Redonda/RJ. O foco da observação pode ser direcionado para apenas um ou alguns dos atores sociais que compõem o Comitê. Essas questões serão tratadas em futuros trabalhos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, na Linha de Políticas de Segurança Pública e Administração Institucional de Conflitos, da Universidade Federal Fluminense.

Referências

BECKER, H. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1963].

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

CACHORRO persegue viatura da GM durante operação em Volta Redonda. *Diário do Vale*. Volta Redonda,. Disponível em <https://diariodovale.com.br/tempo-real/cachorro-persegue-viatura-da-gm-apos-dono-dele-ser-detido/>, 24 de out. de 2019.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A "dura" e o "desenrolô": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada de Volta Redonda [2021]: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/volta-redonda/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2022.

KANT DE LIMA, Roberto; LUPETTI, Bárbara. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. *Anuário Antropológico [Online]*, I, 2014

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social in: CHAMPAGNE, Patrick et alii. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, R.K.; LOBO, M. ; DUARTE, F. ; AMORIM, M. S. ; BAPTISTA, Bárbara G.L. . *O Direito em Perspectiva Empírica: Práticas, Saberes e Moralidades*.

ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 51, p. 11-36, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da Secretaria de Atenção Primária a Saúde. 2022. Consultório na Rua. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MOTTA, Yuri José de Paula. O paciente dedo verde: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima (Traduzido de Up the Anthropologist: perspectives gained from studying up, por Mirian Alves e Wellington Santos). Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, (49) p. 328-356, 2020.

PIRES, LENIN; HIRATA, D. V. ; ARANDA, S. M. . Mercados Populares, Ilegalismos e suas regulações pela violência. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 50, p. 08-32, 2020.

POLICARPO, Frederico. Velhos usuários e jovens traficantes? Um estudo de caso sobre a atualização da nova Lei de Drogas na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 6, n. 1, 2013.

POLICARPO, Frederico., “Ou a gente controla o Estado, ou o Estado controla a gente”: notas etnográficas sobre o Conselho Municipal de Entorpecentes de Angra dos Reis. Mercado de Letras, Campinas/SP, 2016.

POLÍTICAS públicas para pessoas em situação de rua em Volta Redonda são discutidas entre prefeito e defensores públicos. *A Voz da Cidade*. 31 de out. de 2019. Disponível em <https://avozdacidade.com/wp/politicas-publicas-para-pessoas-em-situacao-de-rua-em-volta-redonda-sao-discutidas-entre-o-prefeito-e-defensores-publicos/> 2019.

VOLTA REDONDA, Lei Municipal nº 5.143, de 12 de maio de 2015. Dispõe sobre a criação do consultório na rua no âmbito do município de Volta Redonda. Volta Redonda, Disponível em <https://sapl.voltaredonda.rj.leg.br/norma/794>, 2015.

VOLTA REDONDA, Lei Municipal nº 5764/2020, de 23 de dezembro de 2020. Institui a Política Municipal para a População em situação de Rua e dá outras providências. Volta Redonda. Disponível em <https://sapl.voltaredonda.rj.leg.br/norma/5849>, 2020.

VOLTA REDONDA apresenta estratégias para ampliar assistência a população em situação de rua. Portal da Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Disponível em <https://new.voltaredonda.rj.gov.br/9-noticias-em-destaque/3455-volta-redonda-apresenta-estrat%C3%A9gias-para-ampliar-assist%C3%Aancia-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua>. 16 de abril de 2021

ZINBERG, Norman. Drug, set and setting: the basis for controlled intoxication use. New Haven: Yale University Press, 1984.